

Gabriel Wedy
Rafael Martins Costa Moreira

Prefácio
Ingo Wolfgang Sarlet

Apresentação
Reynaldo Soares da Fonseca

MANUAL DE DIREITO AMBIENTAL

De acordo com a jurisprudência
dos Tribunais Superiores

Belo Horizonte

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

2019

© 2019 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Liesses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Carmen Lucia Antunes Rocha	Lucio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabricio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Revisão de texto: Eloah Kegler

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Estes foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail <editorial@editoraforum.com.br> para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial.

A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

W393m	Wedy, Gabriel
	Manual de Direito Ambiental: de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores / Gabriel Wedy, Rafael Martins Costa Moreira. – Belo Horizonte : Fórum, 2019.
	480p.; 14,5cm x 21,5cm
	ISBN: 978-85-450-0635-0
	1. Direito Ambiental. 2. Direito Constitucional. 3. Direito Administrativo. I. Moreira, Rafael Martins Costa. II. Título.
	CDD: 341.347
	CDU: 349.6

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

WEDY, Gabriel; MOREIRA, Rafael Martins Costa. *Manual de Direito Ambiental: de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores*. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 480p. ISBN 978-85-450-0635-0.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Ingo Wolfgang Sarlet	19
APRESENTAÇÃO	
Reynaldo Soares da Fonseca	23
INTRODUÇÃO	27
CAPÍTULO 1	
DIREITO AMBIENTAL: EVOLUÇÃO HISTÓRICA, CONCEITO E CONCEPÇÕES	
1.1	Evolução histórica do Direito Ambiental
1.2	Conceito do Direito Ambiental.....
1.3	Concepções do Direito Ambiental: para além do antropocentrismo.....
	29
	32
	33
CAPÍTULO 2	
DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO.....	
2.1	Direito ao meio ambiente como direito fundamental e difuso de terceira dimensão
2.2	Aspectos do meio ambiente: natural, cultural, artificial e do trabalho
	37
	41
CAPÍTULO 3	
PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL.....	
3.1	Princípio do desenvolvimento sustentável.....
3.2	Princípio da equidade ou solidariedade intergeracional.....
3.3	Função socioambiental da posse e da propriedade.....
3.4	Princípio do poluidor-pagador.....
3.5	Princípio do protetor-recebedor
3.6	Princípio do usuário-pagador.....
3.7	Princípios da prevenção e da precaução
3.7.1	Princípio da prevenção
	45
	45
	48
	50
	53
	55
	56
	56
	57

3.7.2	Princípio da precaução	58
3.8	Princípio da proporcionalidade socioambiental	67
3.9	Princípio da participação.....	73
3.10	Princípio da transparência.....	78
3.11	Princípio da cooperação internacional ou da cooperação entre os povos.....	80
3.12	Princípio da vedação de retrocesso socioambiental	82
3.13	Princípio <i>in dubio pro natura</i>	85
3.14	Dispersão de princípios na doutrina	86

CAPÍTULO 4

REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM MATÉRIA

AMBIENTAL.....	87	
4.1	Competência material ou administrativa comum	89
4.1.1	Competência material exclusiva da União.....	89
4.1.2	Competências remanescentes ou reservadas dos Estados.....	90
4.1.3	Competência material dos Municípios.....	91
4.1.4	Cooperação federativa e a LC nº 140/2011	91
4.2	Competência legislativa ou formal	92
4.2.1	Competência legislativa privativa da União.....	93
4.2.2	Competência legislativa reservada dos Estados	94
4.2.3	Competência legislativa suplementar dos Municípios	94
4.2.4	Competência legislativa concorrente.....	98

CAPÍTULO 5

POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

5.1	Órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente.....	107
5.1.1	Dever de implementação ambiental por outros órgãos e entidades da administração pública e o papel das agências reguladoras.....	109
5.1.2	Conselho Nacional do Meio Ambiente: composição, funções e poder normativo	110
5.1.3	Órgãos executores, seccionais e locais.....	114
5.2	Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.....	116
5.3	Regulação ambiental e poder de polícia ambiental.....	116
5.4	Taxa de controle e fiscalização ambiental	120

CAPÍTULO 6

LICENCIAMENTO AMBIENTAL E ESTUDO DE IMPACTO

AMBIENTAL.....	123
----------------	-----

6.1	Licenciamento ambiental.....	124
6.1.1	Licença e licenciamento	124
6.1.2	Outras autorizações.....	125
6.1.3	Atividades sujeitas ao licenciamento ambiental	126
6.1.4	Publicidade do licenciamento ambiental	131
6.1.5	Competência para o licenciamento ambiental	132
6.1.5.1	Competência comum e federalismo cooperativo.....	132
6.1.5.2	Competência para autorizar a supressão da vegetação nativa ...	134
6.1.5.3	Competência prevista na LC nº 140/11	136
6.1.5.4	Competência supletiva e subsidiária	141
6.1.5.5	Competência para fiscalização x competência para licenciamento.....	142
6.1.5.6	Atividade ou empreendimento que impacta unidade de conservação.....	143
6.1.6	Espécies de licença ambiental	146
6.1.7	Prazos relacionados com a licença ambiental.....	146
6.1.8	Licenciamentos simplificados.....	149
6.1.9	Licenciamento corretivo	150
6.1.10	Natureza jurídica da licença.....	153
6.1.11	Alteração e desfazimento da licença.....	155
6.1.12	Direito à indenização em caso de desfazimento da licença ambiental.....	157
6.1.13	Despesas do licenciamento.....	158
6.2	Estudo de Impacto Ambiental	159
6.2.1	Estudos ambientais.....	159
6.2.2	Estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental	161
6.2.2.1	Casos em que se exige o estudo de impacto ambiental: vinculação x discricionariedade	162
6.2.2.2	Requisitos do estudo de impacto ambiental: conteúdo mínimo, despesas, relação com o proponente e equipe multidisciplinar .	165
6.2.2.3	Publicidade do estudo e relatório de impacto ambiental	167
6.2.2.4	Audiências públicas.....	169
6.2.2.5	Funções do estudo de impacto ambiental.....	171
6.2.2.6	Estudo de impacto ambiental corretivo	172
6.2.3	Licenciamento ambiental e estudo de impacto ambiental no âmbito das licitações públicas.....	175

CAPÍTULO 7

ZONEAMENTO AMBIENTAL.....	177	
7.1	Zoneamento como instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente e como exercício do poder de polícia ambiental.....	177

7.2	Competência para o zoneamento.....	178
7.3	Categorias de zoneamento e exigências.....	179
7.4	Relocalização e pré-ocupação.....	183

CAPÍTULO 8

TUTELA DO MEIO AMBIENTE CULTURAL E

TOMBAMENTO.....	189	
8.1	Conceito de patrimônio cultural.....	189
8.2	Tutela constitucional do meio ambiente cultural.....	191
8.3	Tutela infraconstitucional do patrimônio cultural.....	192
8.4	Competência para proteção do meio ambiente cultural.....	194
8.5	Proteção internacional do patrimônio cultural.....	195
8.6	Instrumentos de proteção do patrimônio cultural.....	197
8.7	Tombamento.....	198
8.7.1	Conceito e finalidade do tombamento.....	198
8.7.2	Competência para o tombamento.....	199
8.7.3	Objeto do tombamento.....	199
8.7.4	Espécies de tombamento.....	200
8.7.5	Instituição e cancelamento do tombamento.....	202
8.7.6	Efeitos do tombamento.....	203

CAPÍTULO 9

RESPONSABILIDADE POR VIOLAÇÃO ÀS NORMAS

AMBIENTAIS.....	209
-----------------	-----

CAPÍTULO 10

RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA POR INFRAÇÕES

AMBIENTAIS.....	211	
10.1	Regime da responsabilidade ambiental administrativa.....	211
10.2	Princípio da legalidade e infrações administrativas ambientais	215
10.3	Agente infrator.....	220
10.4	Competência para a definição de infrações administrativas ambientais e para a fiscalização.....	221
10.5	Dever de fiscalização pelo poder público.....	224
10.6	Devido processo administrativo ambiental.....	226
10.7	Decadência e prescrição da punição administrativa.....	229
10.8	Controle judicial da imposição de penalidade administrativa...	234
10.9	Sanções administrativas em espécie.....	236
10.10	Sanções administrativas e o novo código florestal.....	248
10.11	Direito intertemporal e sanções administrativas.....	251

CAPÍTULO 11

RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS AMBIENTAIS	255
11.1 Regime da responsabilidade civil	255
11.2 Pressupostos da responsabilidade civil por danos ambientais	258
11.2.1 Atividade de risco para a saúde e o meio ambiente.....	258
11.2.2 Nexo de causalidade e excludentes	259
11.2.3 Dano ambiental	263
11.2.3.1 Dano ambiental material.....	263
11.2.3.2 Danos individuais reflexos ou “por ricochete”	265
11.2.3.3 Prescrição da pretensão à reparação dos danos ambientais	265
11.2.3.4 Formas de reparação do dano ambiental material.....	267
11.2.3.5 Dano moral (extrapatrimonial) coletivo	270
11.2.3.5.1 Reconhecimento do dano moral coletivo como evolução da responsabilidade civil.....	270
11.2.3.5.2 Nomenclatura: dano extrapatrimonial x dano moral	271
11.2.3.5.3 Reparabilidade do dano moral coletivo.....	271
11.2.3.5.4 Configuração do dano ambiental moral coletivo	273
11.2.3.5.5 Funções da reparação e a discussão sobre o <i>punitive damages</i> ..	274
11.2.3.5.6 A prova do dano moral coletivo	276
11.2.3.5.7 Avaliação do dano moral coletivo	276
11.2.3.5.8 Destinação do valor da condenação	277
11.3 Responsável pela reparação: poluidor ou degradador.....	277
11.4 Responsabilidade civil do Estado por danos ambientais.....	281

CAPÍTULO 12

RESPONSABILIDADE PENAL AMBIENTAL	287
12.1 Princípio da insignificância	288
12.2 Sujeito ativo.....	291
12.3 Responsabilidade penal da pessoa jurídica.....	292
12.3.1 Dupla imputação.....	294
12.3.2 Responsabilidade penal das pessoas jurídicas de direito público	295
12.3.3 Penas destinadas às pessoas jurídicas.....	297
12.4 Dosimetria da pena na Lei dos Crimes Ambientais.....	298
12.5 Medidas despenalizadoras	300

CAPÍTULO 13

ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS	303
13.1 Unidades de Conservação da Natureza.....	304
13.1.1 Competência para a instituição de unidades de conservação..	305

13.1.2	Categorias de unidades de conservação.....	306
13.1.2.1	Unidades de conservação de proteção integral.....	306
13.1.2.2	Unidades de conservação de uso sustentável.....	308
13.1.2.3	Unidades de conservação atípicas.....	312
13.1.3	Criação, alteração e supressão de unidades de conservação	314
13.1.4	Zonas de amortecimento e corredores ecológicos	316
13.1.5	Plano de manejo e mosaico de espaços protegidos	317
13.2	Código Florestal	319
13.2.1	Áreas de Preservação Permanente	327
13.2.1.1	Regime jurídico de proteção das áreas de preservação permanente	331
13.2.1.2	Intervenção em áreas de preservação permanente.....	334
13.2.2	Reserva legal.....	336
13.2.2.1	Regime de proteção da reserva legal	339
13.3	Cadastro ambiental rural.....	341
13.4	Uso do fogo e controle dos incêndios.....	341
13.4.1	Programa de Regularização Ambiental.....	343
13.5	Regime da área rural consolidada e área de preservação permanente.....	345
13.6	Regime da área urbana consolidada.....	347
13.7	Áreas consolidadas em reserva legal	350

CAPÍTULO 14

PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE	351	
14.1	Política Nacional da Biodiversidade.....	351
14.2	Principais instrumentos de proteção internacional	353
14.3	Acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado.....	355
14.4	Proteção jurídica do conhecimento tradicional associado.....	356
14.5	Acesso, remessa e exploração econômica	358
14.6	Repartição de benefícios.....	359

CAPÍTULO 15

BIOSSEGURANÇA E MEIO AMBIENTE	363	
15.1	Pesquisa com células-tronco	364
15.2	Licenciamento ambiental de atividade com organismo geneticamente modificado	365
15.3	Rotulagem de produtos que contenham transgênicos.....	366
15.4	Pesquisa e cultivo de organismos geneticamente modificados em terras indígenas e unidades de conservação	366

CAPÍTULO 16

PROTEÇÃO QUÍMICA DA CULTURA E MEIO AMBIENTE: OS AGROTÓXICOS.....

16.1	Origem da utilização de agroquímicos	369
16.2	Produtos tóxicos e instrumentos internacionais de proteção.....	370
16.3	Conceito de agrotóxico	370
16.4	Tutela constitucional	371
16.5	Competência.....	371
16.6	Configuração infraconstitucional	373
16.7	Registro do agrotóxico	373
16.8	Impugnação ao registro	376
16.9	Destinação das embalagens de agrotóxicos e responsabilidade pós-consumo	377
16.10	Receituário agrônômico.....	377
16.11	Responsabilidade pelos danos à saúde e ao meio ambiente	378

CAPÍTULO 17

PRODUTOS TÓXICOS: CONTROLE E TRANSPORTE

17.1	A polêmica do amianto.....	382
17.2	Transporte de produtos tóxicos.....	384

CAPÍTULO 18

RECURSOS HÍDRICOS.....

18.1	Proteção constitucional e legal.....	388
18.2	Competência material e legislativa	391
18.3	Política Nacional de Recursos Hídricos	393
18.4	Outorga de recursos hídricos.....	395
18.5	Cobrança pelo uso dos recursos hídricos.....	398
18.6	Ações do poder público	400
18.7	Sistema Nacional de Recursos Hídricos.....	401
18.8	Infrações administrativas	401

CAPÍTULO 19

MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE

19.1	Disciplina constitucional da mineração e tutela do meio ambiente.....	404
19.2	Licenciamento de atividades minerárias.....	408
19.3	Proteção do patrimônio espeleológico	411
19.4	Mineração em Áreas de Preservação Permanente	411
19.5	Mineração em área de reserva legal.....	412

19.6	Mineração em unidades de conservação.....	413
19.7	Mineração em área de vegetação da mata atlântica	415

CAPÍTULO 20

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	417
--	-----

CAPÍTULO 21

POLÍTICA ENERGÉTICA E MUDANÇA DO CLIMA	423
21.1 Política energética e meio ambiente.....	425
21.2 Mudança do clima	429
21.2.1 Política Nacional sobre Mudança do Clima e o princípio do desenvolvimento sustentável.....	431
21.2.2 Instrumentos internacionais de combate ao aquecimento global	436

CAPÍTULO 22

TUTELA PROCESSUAL DO MEIO AMBIENTE.....	439
22.1 Direito fundamental ao acesso à justiça ambiental.....	440
22.2 Ações judiciais ambientais	444
22.3 Legitimidade ativa para ações coletivas	445
22.4 Legitimidade passiva	449
22.5 Desconsideração da personalidade jurídica em matéria ambiental.....	449
22.6 Objeto da ação coletiva	451
22.7 Liminares nas ações judiciais em defesa do meio ambiente	456
22.8 Prova e perícia	458
22.9 Despesas processuais	460
22.10 Sentença e coisa julgada.....	461
CONCLUSÃO.....	467
REFERÊNCIAS.....	469